

HABEAS CORPUS Nº 548.946 - PA (2019/0358475-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : NEY GONCALVES DE MENDONCA JUNIOR
ADVOGADO : NEY GONÇALVES DE MENDONÇA JÚNIOR - PA007829
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : CAMILA MELO SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **CAMILA MELO SIQUEIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que a paciente foi condenada à pena de 14 anos e 7 meses de reclusão como incurso nos artigos 33, da Lei 11.343/2006 e 2º, § 3º, da Lei 12.850/13, tendo sido negado o direito de apelar em liberdade por permanecerem hígidos os fundamentos da prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* junto à Corte local, que não conheceu do *mandamus*.

Neste *writ*, alega o impetrante flagrante ilegalidade, ao argumento de que "não obstante os autos da apelação criminal se encontrem conclusos no gabinete da autoridade impetrada – o que permitiria-se fazer análise de toda e qualquer peça que se julgue necessário, não se está atacando o decreto de prisão preventiva, mas formulando sob outro título prisional - decreto condenatório – pleito de substituição de segregação cautelar por domiciliar, cujos requisitos específicos não se confundem, sendo o caso de superar o referido óbice, a fim de cessar a manifesta ilegalidade" (e-STJ, fl. 7).

Aduz que "na hipótese dos autos, CAMILA MELO SIQUEIRA é mãe de HENRIQUE GARCIA PEREIRA DA SILVA e RARICA CAUANY MELO SIQUEIRA, menores impúberes, que contam apenas, com 6 (seis) e 9 (nove) anos de idade, conforme inclusa certidão de nascimento".

"Com efeito, segundo entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, revela-se descabida a discussão acerca da necessidade dos cuidados maternos à criança, pois a condição é legalmente presumida de acordo com os seguintes precedentes (HC nº 422.235/MS, Ministro Nélfi Cordeiro, Sexta Turma, Dje 19/12/2017 e HC nº 449.360/MS, Rel. p/ acórdão Ministro Sebastião Reis Junior, 6ª T., Dje 29/8/2018)" (e-STJ, fl. 12).

Requer a concessão da liminar para que seja revogada a prisão preventiva

É o relatório.

Decido.

Conforme se verifica dos autos, o tema suscitado pela defesa, não foi analisado pelo Tribunal *a quo*, o que inviabiliza o exame diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ilustrativamente:

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. LIVRAMENTO

CONDICIONAL. VÁRIAS CONDENAÇÕES. SOMA DAS PENAS DIVERSAS. CÁLCULO EM SEPARADO PARA CRIMES HEDIONDOS E COMUNS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTENTE. PRECEDENTES. CUMPRIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. A análise do pretense cumprimento requisito subjetivo acarretaria indevida supressão de instância, uma vez que não foi apreciado pelo Tribunal de origem, que indeferiu o livramento condicional por entender não atendido o pressuposto objetivo.

3. Ordem denegada."

(HC 468.762/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 01/02/2019).

"[...]

7. O tema relativo à concessão de livramento condicional não foi debatido pelo Tribunal *a quo*, o que impede sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

8. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para fazer incidir a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 no grau máximo, redimensionando a sanção corporal do paciente para 1 ano e 8 meses de reclusão mais pagamento de 166 dias-multa, em regime semiaberto."

(HC 412.729/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017).

Inviável, portanto, a aferição do alegado constrangimento ilegal sofrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator